INFRAERO AEROPORTOS — MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Senhor Acionista e demais interessados,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente, do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria, que tratam da situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estando consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sob vinculação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), atuando no território nacional, com sede na Capital Federal.

Atua na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional. A Companhia tem em sua trajetória a estruturação do setor aeroportuário brasileiro, e segue se dedicando ao que mais sabe fazer: desenvolver aeroportos.

Balanço Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.391.303	1.135.395
Contas a receber	8	243.251	357.505
Estoques		9.862	18.488
Impostos a recuperar	9	38.074	13.399
Adiantamento para empregados		1.341	5.802
Despesas antecipadas		9.443	5.049
Outros ativos	12	16.833	32.121
Total do ativo circulante		**1.710.107**	**1.567.759**
Não circulante			
Caixa restrito	7	72.492	137.472
Contas a receber	8	338.404	694.058
Depósitos judiciais	13	250.516	233.782
Investimentos	10	2.638	2.204
Imobilizado	11	56.583	146.275
Intangível	11	32.597	29.007
Total do ativo não circulante		**753.230**	**1.242.798**
Total do ativo		**2.463.337**	**2.810.557**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanço Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	14	182.385	168.077
Cauções de terceiros		25.811	26.162
Encargos trabalhistas	15	158.877	186.303
Provisão para PDITA/DIN	16	73.596	135.600
Tributos a recolher	9	20.731	35.742
Recursos de terceiros	27	43.488	98.367
Previdência complementar		4.871	5.517
Receitas Antecipadas	17	321.878	449.110
Outras obrigações	18	5.459	9.299
Total do passivo circulante		**837.096**	**1.114.177**
Não circulante			
Benefício pós-emprego	16	666.946	698.186
Provisão para contingências	13	429.187	594.854
Recursos para aumento de capital	19	12.925	736.400
Outras obrigações	18	15.404	22.244
Total do passivo não circulante		**1.124.462**	**2.051.684**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	4.256.760	3.816.471
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	1.280.330	905.897
Prejuízos acumulados	20	(4.133.231)	(4.197.071)
Ajuste de avaliação patrimonial	20	(902.080)	(880.601)
Total do patrimônio líquido		**501.779**	**(355.304)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.463.337**	**2.810.557**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado

	Notas explicativas	2022	2021
Receita operacional líquida	21	1.441.079	1.844.422
Custos dos serviços prestados	22	(602.117)	(1.166.741)
Lucro operacional bruto		**838.962**	**677.681**
Despesas gerais e administrativas	22	(772.464)	(516.156)
Outras despesas		(87.884)	(55.123)
Outras receitas		285.668	525.686
Resultado de equivalência patrimonial	10	(127.400)	(553.109)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**136.882**	**78.979**
Despesas financeiras		(93.822)	(44.164)
Receitas financeiras		250.004	134.137
Resultado financeiro líquido	23	**156.182**	**89.973**
Resultado operacional antes do OBU		**293.064**	**168.952**
Recursos aplicados em bens da união	25	(270.969)	(385.144)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**22.095**	**(216.192)**
(-) Imposto de renda e contribuição social		(6.581)	-
Resultado líquido do período		**15.514**	**(216.192)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2022	2021
Prejuízo / lucro do período	**15.514**	**(216.192)**
Benefício pós-emprego	(21.479)	77.684
Total de resultados abrangentes do período	**(5.965)**	**(138.508)**
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	**(5.965)**	**(138.508)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**3.816.471**	**905.897**	**(4.197.071)**	**(880.601)**	**(355.304)**
Reconhecimento da paridade do plano CV		-	-	48.326	-	**48.326**
Integralização de Aportes (AGE 29/04/2022)		440.289	(440.289)	-	-	**-**
Recursos para futuro aumento de capital		-	814.722	-	-	**814.722**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(21.479)	**(21.479)**
Lucro do período		-	-	15.514	-	**15.514**
Em 31 de dezembro de 2022	**20**	**4.256.760**	**1.280.330**	**(4.133.231)**	**(902.080)**	**501.779**

Em 31 de dezembro de 2021

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2020		**3.399.439**	**1.349.644**	**(3.980.880)**	**(958.285)**	**(190.082)**
Integralização de Aportes (AGE 29/04/2021)		443.747	(443.747)	-	-	**-**
Baixa do Capital Social (Protocolo Cisão)		(26.715)	-	-	-	**(26.715)**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	77.684	**77.684**
Prejuízo do período		-	-	(216.191)	-	**(216.191)**
Em 31 de dezembro de 2021	**20**	**3.816.471**	**905.897**	**(4.197.071)**	**(880.601)**	**(355.304)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	**15.514**	**(216.192)**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Recursos aplicados em bens da união	270.969	385.144
Ajuste de avaliação patrimonial	(21.479)	77.684
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	(165.667)	24.250
Depreciação e amortização	7.684	45.069
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	13.849	(56.924)
Valor residual dos bens baixados	69.665	96.902
Benefício pós-emprego	(31.240)	(134.413)
Indenizações PDITA	(62.004)	83.396
Correção monetária do adiantamento p/aumento de Capital social	91.247	31.196
Resultado de Equivalência Patrimonial	127.400	553.109
Ajuste ao Valor Justo	(478)	(81)
Reconhecimento da paridade do plano CV	48.326	-
	363.786	**889.140**
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	64.981	(12.261)
Contas a receber	469.908	(562.482)
Estoques	8.626	21.194
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(24.675)	70.712
Adiantamento para empregados	4.461	1.254
Despesas antecipadas	(4.394)	3.951
Outros ativos	15.289	32.363
Depósitos judiciais	(16.734)	(26.690)
Fornecedores de bens e serviços	14.309	(33.575)
Cauções de terceiros	(351)	331
Encargos trabalhistas	(27.426)	(76.209)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(15.010)	7.825
Previdência complementar	(646)	(2.212)
Receitas Antecipadas	(127.232)	219.149
Outras obrigações	(10.678)	2.859
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**714.214**	**535.349**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(5.058)	(7.806)
Investimentos	(127.400)	(54.584)
Recursos aplicados em bens da união	(270.969)	(385.144)
Recursos de terceiros	(54.879)	28.082
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(458.306)**	**(419.452)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução do capital social (Cisão parcial)	-	(26.714)
Empréstimo Bancário	-	(54.400)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**-**	**(81.114)**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**255.908**	**34.783**
Caixa do início do período	1.135.395	1.100.612
Caixa do final do período	1.391.303	1.135.395
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**255.908**	**34.783**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Notas explicativas	2022	2021
(=) Receitas			
Receita operacional		1.536.904	1.932.329
Outras receitas		285.668	525.686
		1.822.572	**2.458.015**
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(456.227)	(649.382)
Perdas		(143.495)	(137.197)
Outras despesas		(87.884)	(55.124)
		(687.606)	**(841.703)**
(=) Valor adicionado bruto		**1.134.966**	**1.616.312**
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		(101.468)	316.770
(-) Depreciação / amortização		**(7.684)**	**(45.069)**
(=) Valor adicionado líquido		**1.025.814**	**1.888.011**
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	250.004	134.137
Resultado de equivalência patrimonial		(127.400)	(553.109)
(=) Valor adicionado total a distribuir		**1.148.418**	**1.469.041**
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		609.146	1.059.533
Tributos		158.967	196.392
Despesas financeiras	23	93.822	44.164
Obras em bens da união	25	270.969	385.144
Lucro (prejuízo do exercício)		15.514	(216.192)
Valor adicionado total distribuído		**1.148.418**	**1.469.041**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), empresa pública de propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil, do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 49 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do País, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 17 aeroportos e 3 Terminais de Logística de Carga (Teca) e ainda faz a gestão de 10 aeroportos regionais, por meio de contratos com Estados e Municípios. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

Em 7 de abril de 2021, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) realizou o leilão da 6ª Rodada de Concessão, composto por 22 aeroportos, agrupados em três blocos (Sul, Central e Norte). O bloco Sul foi formado pelos aeroportos de Curitiba, Foz do Iguaçu, Navegantes, Londrina, Joinville, Bacacheri, Pelotas, Uruguaiana e Bagé; o bloco Central por Goiânia, São Luís, Teresina, Palmas, Petrolina e Imperatriz; o bloco Norte por Manaus, Tabatinga, Tefé, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Porto Velho e Boa Vista. O processo de transferência iniciou-se em janeiro e foi concluído em março de 2022.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

A execução das políticas públicas pela Companhia se traduz nas obras e serviços técnicos e especializados, realizados de acordo com as orientações da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), órgão do Ministério de Portos e Aeroportos, e observando rigorosamente os parâmetros regulatórios da ANAC. O Programa de Aviação Civil do Governo Federal tem o objetivo de incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.

Para contribuir com estes objetivos a Infraero realiza investimentos na infraestrutura aeroportuária dos aeroportos da rede de forma a mantê-los em condições operacionais e de segurança.

1.1. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

Para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa foram realizadas as seguintes ações:

- Arrecadação de novas receitas com a prestação de serviços;
- Adequação da estrutura de custos e reestruturação organizacional com extinção de 3 diretorias, 8 centros de suporte e adequação de cargos e funções de confiança;
- Reformulação do plano de saúde dos empregados;
- Continuidade do Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) com a adequação sistematizada do efetivo, por meio dos programas de desligamento Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Programa de Desligamento Incentivado (DIN);
- Cessão de empregados para órgãos do Governo Federal, no qual está previsto o ressarcimento integral dos custos diretos e indiretos;
- Assinatura de Termo de Conciliação com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) para a remuneração da Infraero pelo apoio operacional à navegação aérea, prestados ao Comando da Aeronáutica entre os anos de 2017 e 2021;
- Desapropriação de área da Infraero no aeroporto da Pampulha pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Com a política do Governo Federal de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada, estão em planejamento e em implantação diversas medidas para construir uma nova empresa voltada para a comercialização de portfólio de serviços e produtos altamente especializados, atuando em áreas estratégicas, dentre as quais se destaca:

- Elaboração de Plano Diretor;
- Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;
- Planejamento Aeroportuário;
- Licenciamento ambiental de aeroportos;
- Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
- Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;
- Prestação de serviços técnicos especializados;
- Consultoria ambiental, dentre outros

O Governo Federal conta com o Plano Aeroviário Nacional (PAN) para alavancar a integração regional, tendo o transporte aéreo como um dos vetores de desenvolvimento da economia. O País possui pelo menos duas centenas de aeroportos estratégicos e prioritários – já mapeados pela Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos – que são essenciais para a integração com outros modais da cadeia da infraestrutura e transporte. Assim, a Infraero se dedica ao que mais sabe fazer: desenvolver aeroportos e contribuir para a integração nacional, bem como ser o elo do governo na execução de políticas públicas para o setor.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro no montante de R$ 15.514 e patrimônio líquido em R$ 501.779. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

3. Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a insignificante risco de mudança de valor.

b) Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Companhia também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e as aplicações do Tesouro.

c) Ativos financeiros não derivativos

A Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Aplicações financeiras; e
- Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e bancos;
- Aplicações em contas de poupança;
- Contas a receber;
- Títulos públicos; e
- Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia,